

ESCUTA SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E
ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Belém/PA





ESCUTA SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Coordenador do projeto:

Nadilson Portilho Gomes

Parceiro: Núcleo do Terceiro Setor

Coordenador: Dr. Sávio Rui Brabo de Araújo

Coordenadores Auxiliares:

Ângela Balieiro Queiroz (CAO CPC)

Andressa Ávila Pinheiro (CAO CPC)

Louise Rejane de Araújo (CAO CPC)

Helena Maria Oliveira Muniz Gome (NTS)

Apoio:

Servidores:

Lorena Mendes Pacheco – Analista Jurídico (CAO CPC)

Antonia Carleana Soares Moura - Assessora Especializada (NTS)

Maria Dolores Afonso Lobato da Silva - Técnica Ministerial(CAO CPC)

Lidia Maria Barbosa Calado Coimbra – Técnica Ministerial (NTS)

Estagiários:

Luiz Carlos Correa Oliveira

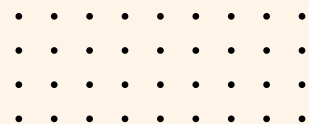
Gustavo Henrique Bezerra Santiago

Elizana Naara da Silva Costa

Wanderson Silva do Nascimento

Luiza Lyane Santos Margalho

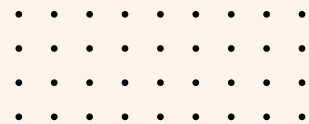




ÍNDICE

Apresentação	_____	04
Objetivos	_____	05
Metas	_____	06
Justificativa	_____	07
Metodologia	_____	08
Cronograma	_____	09
Divulgação	_____	10
Contatos	_____	11





APRESENTAÇÃO

O Ministério Público tem importância relevante na defesa da cidadania, tanto que a Constituição Federal de 1988 leciona que “é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis” (art. 127, CF/88).

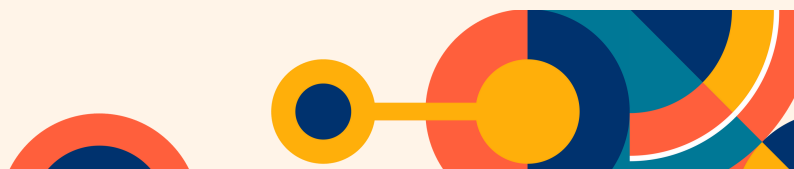
Com sua atuação o Ministério Público assegura o respeito aos fundamentos da nossa República Federativa, dentre os quais se destacam a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, II e III, da CF/88), colaborando para que esses objetivos sejam alcançados, de construção de uma sociedade livre, justa e solidária, de garantia de desenvolvimento nacional, erradicação da pobreza e marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, além da promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer formas de discriminação (art. 3º, CF/88).

Nesse diapasão, a escuta social das entidades da sociedade civil mediada pelo Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão do Ministério Público do Estado do Pará, busca possibilitar que as ações de cidadania promovidas pela Instituição sejam construídas conjuntamente com a sociedade e que suas demandas sejam levadas em conta, num formato novo, onde esse processo de oitiva seja atualizado com frequência.



A escuta social faz parte de uma estratégia onde Promotores de Justiça e membros de entidades da sociedade civil apresentam demandas e, ao mesmo tempo unem-se em busca de soluções por meio de parcerias e ações, adotando-se o critério de eletividade e respeito as vontades e interesses dos envolvidos.

A partir dos levantamentos, informações e intencionalidades serão construídas ações próprias de cidadania, atendendo-se as especificidades de cada território, população e grupo social.



OBJETIVOS:

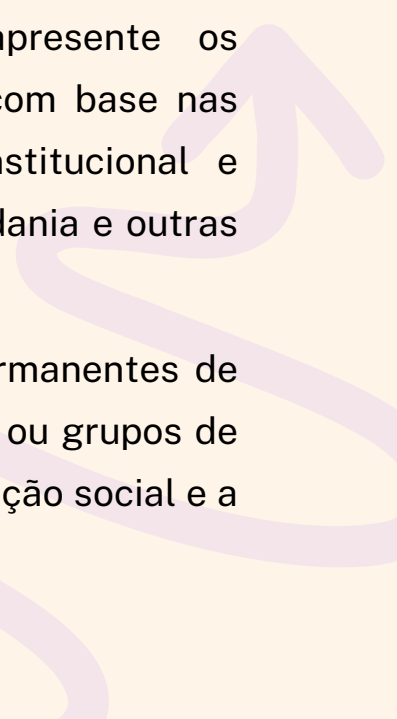
■ Geral

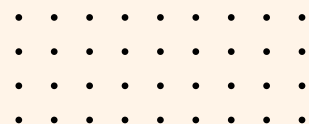
Promover o aprimoramento de escuta social do Ministério Público do Pará, através do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão com as Promotorias de Justiça e a sociedade civil organizada, os movimentos sociais e os grupos vulnerabilizados, visando identificar demandas sociais prioritárias, fortalecer o diálogo institucional e contribuir para a construção de ações mais eficazes e democráticas.

■ Específicos

- Engajar organizações da sociedade civil em espaços de escuta promovidos pelo MP;
- Levantar e sistematizar as principais demandas propostas apresentadas;
- Estimular o protagonismo social e o controle democrático das instituições públicas;
- Subsidiar a atuação do MP com base nas contribuições recebidas da sociedade civil;
- Fortalecer os vínculos entre Ministério Público e atores sociais nos territórios atendidos.

METAS DO PROJETO

- 
- 
- 1 Realizar encontros presenciais ou virtuais de escuta com organizações da sociedade civil ao longo do projeto, visando promover a escuta social e o engajamento das OSCs.
 - 2 Identificar, mapear e mobilizar organizações da sociedade civil representativas de diversas áreas temáticas (educação, moradia, meio ambiente, direitos humanos, entre outras), garantindo ampla participação.
 - 3 Estabelecer parcerias estratégicas com organizações da sociedade civil para a implementação de ações voltadas à promoção da cidadania.
 - 4 Organizar e registrar as demandas e propostas recebidas durante o projeto, produzindo um relatório-síntese que oriente a atuação do Ministério Público e possibilite o uso qualificado das informações coletadas.
 - 5 Elaborar um plano de devolutiva social, que apresente os encaminhamentos adotados pelo Ministério Público com base nas escutas realizadas, promovendo a transparência institucional e fortalecendo a democracia por meio de ações de cidadania e outras medidas temáticas.
 - 6 Fomentar a criação ou o fortalecimento de canais permanentes de diálogo com a sociedade civil, como fóruns, comissões ou grupos de trabalho temáticos, visando a continuidade da participação social e a articulação interinstitucional.



JUSTIFICATIVA

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), como instituição essencial à defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos fundamentais, reconhece a necessidade de aprofundar seus mecanismos de aproximação com a sociedade civil. Nesse contexto, a escuta social das entidades de interesse social configura-se como uma estratégia fundamental para o fortalecimento da atuação ministerial em todos os territórios do estado.

As organizações da sociedade civil, movimentos populares, associações comunitárias e coletivos locais detêm conhecimento legítimo e aprofundado sobre a realidade vivenciada por grupos sociais diversos, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade. A escuta qualificada desses atores permite ao MPPA compreender melhor as demandas sociais, identificar riscos e conflitos emergentes, além de subsidiar ações mais precisas, resolutivas e articuladas.

Ao implementar e institucionalizar práticas sistemáticas de escuta social, o MPPA, através do Centro de Apoio Operacional Cível, Processual e do Cidadão em conjunto com o Núcleo do Terceiro Setor e as Promotorias de Justiça, fortalece sua capacidade de atuação preventiva, promove a participação cidadã e amplia a efetividade da fiscalização das políticas públicas. Além disso, reforça sua transparência, amplia o controle social sobre suas ações e fortalece a articulação com a rede de proteção de direitos.

Portanto, justifica-se este projeto como uma iniciativa estratégica para qualificar a atuação do Ministério Público do Estado do Pará, aproximar a instituição das realidades locais e contribuir para a promoção de justiça social no estado do Pará. A consolidação de espaços e metodologias de escuta social permitirá ao MPPA avançar no cumprimento de sua missão constitucional com maior legitimidade, eficiência e compromisso com os princípios democráticos.

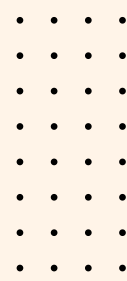
METODOLOGIA

A escuta social será realizada em vários municípios por meio de reuniões e coleta de dados e informações, iniciando-se por Belém, por meio de preenchimento de formulário físico e/ou eletrônico e uso facultativo comunicação verbal, por tempo a ser definido a cada evento pelos participantes.

Trata-se de um método para identificar e abordar demandas da população para construção de políticas públicas mediante a interação com ela, permitindo a compreensão de suas necessidades e definições de ações do Ministério Público mais alinhada com os interesses da comunidade e grupos sociais.

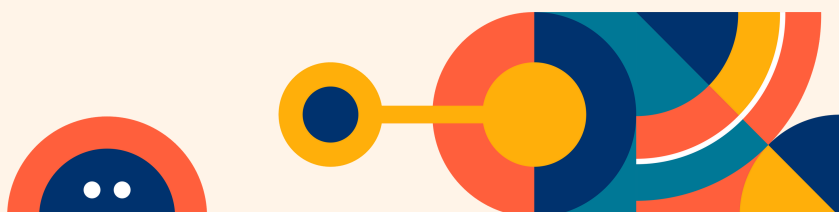
A programação de cada evento contará com recepção e credenciamento, abertura, apresentação dos objetivos e justificativa, escuta dos representantes/integrantes das entidades da sociedade civil e propositura de encaminhamentos. Depois, os dados e informações coletadas serão sumarizados e divididos em eixos temáticos para serem usados como base de orientação para atuação pelo Ministério Público do Estado do Pará nas ações de cidadania. Sendo que, os que não forem de atribuições do CAO CPC serão encaminhados ao centro de apoio operacional competente ou órgão de execução cabível. Ao final, será produzido o catálogo das demandas apresentadas.

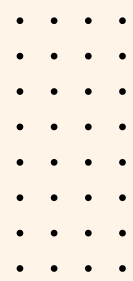




CRONOGRAMA

No	Meta	Período de Execução	Observações
01	Realização de encontros de escuta com OSCs	Belém: 30/05/2025 Outros municípios: a definir	Elaborar agenda institucional
02	Mapeamento e mobilização de OSCs	Belém: 30/05/2025 Outros municípios: a definir	Atividade preparatória aos encontros.
03	Definição de parceiros para ações de cidadania	Até 10/06/2025	Alinhado com a avaliação das escutas realizadas.
04	Sistematização das propostas e elaboração de relatório-síntese	Até 10/06/2025	Base para o plano de devolutiva e futuras ações.
05	Elaboração e apresentação do plano de devolutiva social	Até 25/06/2025	Divulgação pública dos resultados.
06	Fomento a canais permanentes de diálogo	A partir de 25/06/2025 e contínuo	Ações permanentes, iniciadas após a devolutiva social.





DIVULGAÇÃO



Todas as etapas do projeto serão amplamente divulgadas por meio do site oficial do Ministério Público do Estado do Pará (www.mppa.mp.gov.br), garantindo transparência e acesso público às informações.



Além disso, os resultados, relatórios e demais documentos poderão ser enviados por e-mail aos interessados, mediante requerimento formal ou apresentação em reuniões, sempre que houver necessidade específica de compartilhamento direcionado.

Essa estratégia visa assegurar a ampla disseminação das ações e resultados do projeto, promover a participação social e fortalecer a articulação entre o Ministério Público e a sociedade civil.



CONTATOS

CAOCPC/MPPA



TELEFONES: (91) 4006-3504/3605 - CAOCPC/MPPA



WHATSAPP: (91) 98896-3702 - CAOCPC/MPPA



E-MAIL: CAOCPC@MPPA.MP.BR



RUA JOÃO DIOGO, N°. 100, CIDADE VELHA, BELÉM-PARÁ, CEP.: 66015-165.

NTS/MPPA



TELEFONES: (91) 99907 - 6555 - NTS/MPPA



WHATSAPP: (91) 99907 - 6555 - NTS/MPPA



E-MAIL: NTS@MPPA.MP.BR



AVENIDA DR. FREITAS, N° 2513, MARCO
BELÉM-PARÁ, CEP.: 66095-110.